

Sumário

Capítulo I – O sentido da pena: uma mudança de paradigma	1
Capítulo II – A função da pena no estado de Direito e Democrático como fundamento constitucional da punição.....	13
Capítulo III – A criminalização das infrações tributárias	21
Capítulo IV – A Distinção entre infração tributária e delito fiscal.....	35
Capítulo V – A natureza jurídica dos crimes contra a Ordem Tributária previstos nos arts. 1º, 2ª, II, da lei 8.137/90 e art. 168-A, do C. Penal introduzido pela lei nº 9.983/2000	41
Capítulo VI – A finalidade da pena nos crimes contra a ordem tributária	47
Capítulo VII – O bem jurídico tutelado no direito penal tributário...57	
Capítulo VIII – Princípios Constitucionais e de Direito Penal aplicáveis ao Direito Penal Tributário.....	61
8.1 – Princípio da legalidade	
8.2 – Princípio da taxatividade	
8.3 – Princípio da fragmentariedade	
8.4 – Princípio da isonomia	
8.5 – Princípio da ‘benigna amplianda’	
8.6 – Princípio da correlação lógico-jurídica	
8.7 – Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	
8.8 – Princípio da proporcionalidade	

- 8.9 – Princípio da razoabilidade
- 8.10 – Princípio da especialidade
- 8.11 – Princípio da intervenção Mínima

**Capítulo IX – A estrutura normativa do tipo
nos crimes contra a ordem tributária85**

- 9.1 – Tipo objetivo e Tipo subjetivo
- 9.2 – Classificação: crimes de mera conduta e crimes materiais
- 9.3 – Sujeito ativo, sujeito passivo e concurso de agentes
- 9.4 – Tentativa e Consumação
- 9.5 – Agravantes específicas dos crimes contra a ordem tributária

Capítulo X – Condições objetivas de procedibilidade95

- 10.1 – A exigência de lançamento tributário definitivo, e o prévio exaurimento da via administrativa
- 10.2 – A natureza jurídica da representação fiscal e a independência das instancias fiscal, administrativa e penal e suas consequências na punibilidade dos crimes tributários
- 10.3 – A exigência de autorização judicial para quebra de sigilo fiscal e bancário pelo MP na apuração dos crimes contra a ordem tributária. A questão do compartilhamento das informações entre o MP e os órgãos de controle da atividade financeira
- 10.4 – A exigência de autorização judicial para quebra de sigilo fiscal e bancário pelo MP na apuração dos crimes contra a ordem tributária. A questão do compartilhamento das informações entre o MP e os órgãos de controle da atividade financeira

Capítulo XI – Causas de exclusão da antijuridicidade e da culpabilidade nos crimes contra a ordem tributária.....127

- 11.1 – Causas de exclusão da antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica
- 11.2 – Ilícitude formal e ilícitude material
- 11.3 – Causa de exclusão da culpabilidade: A Inexigibilidade de conduta diversa e sua aplicação aos crimes contra a Ordem Tributária
- 11.4 – A questão do erro nos crimes contra a ordem tributária

Capítulo XII – Crimes tributários em espécie previstos na Lei 8.137/90 e no C. Penal..... 151

- 12.1 – Os tipos dos arts. 1º, 2º, e 3º da lei nº 8.137/90
- 12.2 – Os crimes previdenciários previstos no CP nos arts. 168-A e 337-A, 313-A e 313-B
- 12.3 – Responsabilidade penal das pessoas jurídicas
- 12.4 – O instituto da Delação Premiada nos delitos contra a ordem tributária

Capítulo XIII – A extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária (2ª Parte) 243

- 13.1 – Causas Gerais de extinção da punibilidade
- 13.2 – Causas Especiais de extinção da punibilidade

Referências Bibliográficas287